

LIBERTAS

REVISTA DE PESQUISA EM DIREITO

ISSN: 2319-0159

Recebido em: 16/07/2018

Aprovado em: 10/04/2025

A colonialidade do poder e a dependência do *Estado latino-americano*: elementos para pensar a condição periférica regional

The coloniality of power and the dependence of the Latin American State: *elements for thinking about the regional peripheral condition*

Lucas Machado Fagundes¹

Programa de Pós-graduação em Direito da Unilasalle, Canoas-RS.

lucas.fagundes@unilasalle.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0003-0017-8100>

Emanuela Gava Caciatori²

Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina

- Florianópolis/SC

emanuela_gc@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4572-171X>

RESUMO: Pensar o *Estado latino-americano* exige a historicização de conceitos e fenômenos que ocorreram a partir da modernidade, isto é, recuperar os acontecimentos sócio-históricos de maneira reflexiva e crítica. Esse olhar permite dimensionar a influência da colonialidade do poder. Assim, não se pode desconsiderar os processos de colonização e a sua continuidade como colonialidade e influência direta na forma com que as instituições e as sociedades regionais se estruturaram, igualmente a inserção tardia e a forma dependente no capitalismo mundial. Logo, no marco das categorias da colonialidade do poder e da dependência, é possível objetivar uma compreensão da construção e estrutura do Estado em *Nuestra América*,

¹ Pós-doutor em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professor e pesquisador (colaborador) em Direitos Humanos da Universidade Autónoma de San Luis de Potosí, México. Professor (colaborador) da Maestría en Derechos Humanos y Gobernanza - Universidad Cooperativa de Colômbia. Supervisor de disciplinas jurídicas Uniasselvi. Pesquisador CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais). Professor PPG em Direito (Mestrado e Doutorado) da Unilasalle. Advogado.

² Doutoranda em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis/SC.



especialmente se pensar a condição periférica da economia continental agravada por um cenário de crise institucional do Estado moderno. Frente a esta problemática, é possível refletir sobre os fenômenos como a globalização e o neoliberalismo, que têm acelerado o processo de aparição das contradições inerentes ao sistema de capital e institucional vigente. Ante o paradigma atual, propõe-se uma reflexão sobre o estado da arte do poder político institucional regional. O estudo foi desenvolvido partindo da técnica bibliográfica, com levantamento de base teórica: restringe-se, portanto, a percorrer o panorama atual sobre a temática, levantando, revisitando e examinando as principais categorias para melhor compreensão do tema.

Palavras-chave: Teoria do Estado, Colonialidade do poder, Teoria da dependência, América Latina.

ABSTRACT: To think of the Latin American state requires the historicization of concepts and phenomena that have occurred from modernity, that is, to recover socio-historical events, in a reflexive and critical way. This view allows us to measure the influence of the coloniality of power. Thus, the processes of colonization and its continuity as coloniality and direct influence on the way in which regional institutions and societies have structured themselves, as well as the late insertion and the dependent form in world capitalism, can not be disregarded. Thus, within the categories of coloniality of power and dependence, it is possible to objectify an understanding of the construction and structure of the State in Our America, especially if one considers the peripheral condition of the continental economy aggravated by a scenario of institutional crisis of the modern State. Faced with this problem, it is possible to reflect on the phenomena such as globalization and neoliberalism have accelerated the process of appearance of the contradictions inherent to the capital and institutional system in force. Given the current paradigm, it is proposed a reflection on the state of the art of regional institutional political power. The study was developed based on the bibliographical technique, with a theoretical basis: it is therefore restricted to explore the current panorama on the theme, raising, revisiting and examining the main categories for a better understanding of the theme.

Keywords: Theory of State; Coloniality of power, Dependency Theory, Latin America.

1. SUMÁRIO: INTRODUÇÃO. 1. ESTADO LATINO-AMERICANO EM DEBATE. 2. A COLONIALIDADE DO PODER E A DEPENDÊNCIA COLONIAL REGIONAL. 3. A DEPENDÊNCIA DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS: UMA EXPLICAÇÃO SOBRE O LUGAR DA AMÉRICA LATINA NO CENÁRIO DO CAPITALISMO GLOBAL. CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca evidenciar uma abertura relacional entre duas categorias de extrema relevância para o pensamento crítico regional, uma é a colonialidade do poder e a outra a teoria da dependência. Ambas possuem uma relevância sócio-histórica para o *Estado latino-americano*, o que significa dizer que a compreensão das dinâmicas nas sociedades regionais e as mudanças na estrutura social são diretamente influenciada pelos elementos formulados e disseminados tanto pela lógica da continuidade histórica da colonialidade, como pela formas de reprodução da dependência econômica.

Assim, a ideia central do estudo é que a colonialidade do poder ocupa o espaço reflexivo da composição política e institucional das relações e influências na construção da ordem institucional (GIORDANO; ANSALDI, 2005), em que mesmo com a independência formal dos países na região, as suas entranhas institucionais seguiram reproduzindo um elitismo político e os vícios hierárquicos das relações sociais.

Soma-se a isto, a questão da economia política, em que ganhará destaque a continuidade das relações econômicas na geopolítica das metrópoles coloniais, ou seja, após o período da independência o nexos colonial (GIORDANO; ANSALDI, 2005) seguiu reproduzindo na realidade regional suas mazelas, mesmo com a mudança das relações econômicas externas. Logo, a lógica da economia política, obriga a reflexão da questão da dependência econômica no continente em conexão com as potências estrangeiras, e dentro desta interação a questão da organização interna da economia sob o viés da dualidade “entreguismo e afirmação nacionalista” da economia regional.

De imediato, a categoria da dependência econômica latino-americana, traduz uma situação perversa no sistema econômico regional, em que o lugar do *Estado latino-americano* na economia mundial é definido na sua relação externa com as potências hegemônicas no cenário da economia política, em que Wallerstein (2005) classifica como sistema-mundo.

Portanto, o objetivo do estudo é identificar os canais de conexão da colonialidade do poder e da teoria da dependência econômica regional na intenção de fazer uma reflexão crítica ao *Estado latino-americano* no seu desenvolvimento sócio-histórico, como forma de compreender a estrutura ambígua da formação política no contexto da complexidade das sociedades regionais.

1. O ESTADO LATINO-AMERICANO EM DEBATE

Estudar o *Estado latino-americano* não é tarefa simples, seja pela especificidade que sua posição geopolítica implica na análise, seja pelas complexas categorias analíticas a serem utilizadas no intento de compreender como se desenvolveram os acontecimentos históricos nesta região. Neste breve ensaio, a análise fica limitada sobre duas categorias significativas: a da colonialidade do poder e a dependência do *Estado latino-americano*.

Nesse sentido, parte-se da premissa de que estudar o Estado não se trata somente de investigar o seu âmbito institucional, vez que as implicações de determinado modelo estatal e as suas respectivas instituições e ações se desdobram e geram consequências no âmbito sócio-político, produzindo efeitos a nível coletivo e individual.

Necessário, pois, pontuar que explorar uma teoria do Estado, aplicável ao cenário latino-americano, perpassa necessariamente pela consideração das especificidades da região, constituídas, entre outras razões, devido ao histórico colonial e a sua posição no cenário mundial, enquanto periferia do capitalismo. Logo, impõe-se uma mirada crítica às teorias dominantes vigentes, já que estas frequentemente limitam-se a “[...] transplantar modelos europeus ou norte-americanos, sem se dar conta da específica realidade de nossas sociedades periféricas” (BERCOVICI, 2004, p. 263).

Frente a isso, não se trata, evidentemente, de simplesmente descartar as contribuições dos teóricos europeus ou norte-americanos, mas de compreender que tais produções não possuem uma implicação absoluta e universal, e que um estudo comprometido com a realidade fática das sociedades latino-americanas demanda o desenvolvimento de categorias próprias de análise. Não é acertado, ademais, esperar que seja possível solucionar problemas próprios de um contexto específico apenas por meio de categorias pensadas desde e para outro cenário e momento histórico, o que não significa, naturalmente, ignorar tais aportações. O que se enseja, portanto, é o desenvolvimento de uma teoria do Estado que dê conta de abarcar as complexidades e contradições latino-americanas.

Em termos históricos, o filósofo Enrique Dussel (2007) sustenta que a história da América Latina divide-se em três períodos políticos, sendo eles: 1) o período da conquista, que se constitui enquanto um anti-discurso moderno, vez que a diferença colonial advinda deste momento determinará toda a vida política do continente, diferenciando-o da modernidade europeia; 2) os processos de independência do século XIX, que conformam a Primeira Emancipação e culminam na libertação da dominação colonial em sem sentido formal. Os novos Estados latino-americanos não são homogêneos, possuindo uma complexidade social que dificulta a organização da vida política (VILLORO, 1998); e 3) a época pós-colonial compreendida entre os séculos XIX a XXI, enquanto a Segunda Emancipação, no cenário da Revolução Cubana e do EZLN no México. E. Dussel argumenta que foi neste período pós-colonial que se maturou a consciência política coletiva e que a exploração chega a níveis intoleráveis onde não há outra alternativa que não seja rebelar-se (DUSSEL, p. 2007, 401-402).

Assim, importa fazer essa retomada histórica a fim de localizar o ponto de partida da problemática latino-americana, de modo que seja possível, futuramente, delinear alternativas concretas a essa realidade. Se trata, portanto, de uma mirada desde o passado para possibilitar a compreensão do presente e projeção do futuro. Ainda num sentido de análise histórica, Enrique Dussel explicita que

América Latina quedó al margen de la historia en el mismo momento en que igualmente China, Indostán y el Imperio otomano son excluidos de la civilización moderna. Todas las culturas no-europeas son superadas en ese momento por la Revolución industrial, por el capitalismo que acumula crecientemente plusvalor relativo, y que se desarrolla por causas estructurales y también meramente fortuitas, que inclinan la balanza, como siempre en la historia, hacia algunas regiones, en este caso Gran Bretaña y Francia al comienzo. (DUSSEL, 2007, p. 402-403)

Na classificação do mundo entre centro e periferia, indubitavelmente *Nuestra América* integra o conceito de periferia. A construção da América Latina à margem da história oficial – escrita e difundida pelo centro mundial – nos traz consequências que vigoram até a atualidade.

A América Latina se constituiu na forma de “[...] sociedades económicamente dependientes y políticamente organizadas bajo formas oligárquicas” (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 16), conceituação que auxilia na tarefa de compreender as limitações estruturais existentes que freiam os intentos de mudança social

empreendidos na região. Os Estados latino-americanos nunca foram capazes de alcançar uma independência fática, o que condicionou, mesmo após o fim do colonialismo, à reprodução de práticas exploratórias e que perpetuam a desigualdade social, práticas estas que são pouco lucrativas para a sociedade latino-americana, mas que perduram pois são guiadas por interesses externos e, no plano interno, por interesses privados das pequenas elites nacionais. Utilizando-se a terminologia de Gilberto Bercovici, nos Estados periféricos a soberania é bloqueada, “[...] tanto por fatores externos como pelo poder privado e pelo poder econômico internos” (BERCOVICI, 2004, p. 271-272).

Dessa maneira, sustenta-se a ideia de que a soberania é bloqueada pela colonialidade do poder, que obstaculiza o desenvolvimento autônomo da região, em seu sentido político, cultural e social, bem como, também bloqueada por uma inserção marginal na geopolítica econômica do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2005), em que a condição da colonialidade se expande para além das matrizes institucionais e culturais, formando uma tríade colonial: cultura, instituições e economia. Sendo esta última, uma introdução perversa de condições degradantes e precárias nas relações de trabalho, desde uma fundacional estrutura escravocrata até as atuais condições dos sub-empregos urbanos e criminalização dos protestos advindos destes setores.

Considerando estes elementos, cumpre recordar que os Estados latino-americanos foram construídos sob a forma do moderno Estado-nação. A formação dos Estados-nação implica “[...] as instituições modernas de cidadania e democracia política” (QUIJANO, 2005, p. 130), o que se vislumbrou de fato no cenário da modernidade europeia. A consolidação de reais Estados-nação demanda a existência de relações sociais minimamente democráticas, que possibilitem o exercício da cidadania, e que exista uma identidade em comum na nação. Assim, tendo em conta que todo Estado-nação é uma estrutura organizada de poder (QUIJANO, 2005, p. 130), tanto o fator da necessidade de relações democráticas e da existência de identidade comum, tangenciam-se ao campo da distribuição do controle de poder.

Neste sentido, sustenta Aníbal Quijano que:

Um importante processo de democratização da sociedade é a condição básica para a nacionalização dessa sociedade e de sua organização política num Estado-nação moderno. Não há, na verdade, exceção conhecida a essa

trajetória histórica do processo que conduz à formação do Estado-nação.
(QUIJANO, 2005, p. 131)

Entretanto, tais elementos não são verificáveis na construção dos Estados-nação na América Latina, o que leva à tese da impossibilidade dos modernos Estados-nação na região, em especial nos países com maioria populacional indígena, negra e mestiça (QUIJANO, 2005, p. 133), como é o caso do Brasil, México e Bolívia por exemplo.

No contexto da formação dos novos Estados latino-americanos, mesmo após os processos formais de independência das Coroas europeias, contrariamente à ocorrência de processos de democratização das relações sociais, perduraram as práticas coloniais da escravidão e servidão, dando continuidade à dominação e exploração da maior parte da sociedade. A minoria branca que assumiu o controle das instituições do Estado negou aos negros, mestiços e indígenas qualquer possibilidade de participação das esferas decisórias de poder. Assim, não somente não havia representação da maior parte da população, como os interesses dessa minoria que ocupava o poder eram diametralmente opostos aos dos índios, negros e mestiços, já que era justamente da dominação do setor majoritário da sociedade que adivinha o poderio que gozavam. Não houve, portanto, a democratização das relações sociais, nem tampouco havia uma identidade comum entre os membros da sociedade, que possuíam interesses antagônicos.

Logo, o nexos colonial³ (GIORDANO; ANSALDI, 2012) foi mantido, o que levou a cenário bastante peculiar: os Estados eram formalmente independentes e as sociedades coloniais (QUIJANO, 2005, p. 134)

Tal situação ensejou a continuidade das relações coloniais, que embora sob diferente configuração vigoram até os dias atuais, e trazem consequências concretas

³ “[...] la ruptura del nexos colonial abrió tres procesos: la formación del Estado nacional, la creación de la nación y la construcción del mercado interno. [...] Con ese punto de partida definimos cinco procesos particulares que permiten entender el más amplio cambio social que es objeto de estudio en este libro: la construcción del orden. Los cinco procesos son: 1) la disolución del orden colonial; 2) la constitución y crisis del orden oligárquico; 3) la débil construcción del orden en las sociedades de masas; 4) los intentos de (re)construcción del orden a partir del terrorismo de Estado y formas menos exasperadas de prácticas de exclusión, y 5) la actual (re)construcción del orden en sociedades fragmentadas.” (GIORDANO; ANSALDI, 2012, p. 58).

no que diz respeito às relações de poder que são constituídas no âmbito dos Estados na América Latina.

O processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. [...] A estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. (QUIJANO, 2005, p 135)

De toda sorte, a lógica empregada na construção dos Estados-nação segue vigente, com a perpetuação da massiva exclusão dos setores majoritários dos espaços de poder, em detrimento de uma pequena elite branca que os ocupa e formalmente representa os interesses gerais da sociedade. Os grupos dominantes seguem exercendo a política estatal baseando-se em interesses distintos dos da maioria da população e de maneira submissa ao capital internacional (WOLKMER, 2006, p. 86). Em outras palavras, exercem uma dominação no contexto interno e são dominados no contexto internacional, o que obstrui as reais possibilidades de um desenvolvimento nacional ou a nível de América Latina, regional.

Tal diagnóstico aponta para a atualidade da temática e a urgente necessidade de se (re)pensar estratégias para romper com as relações coloniais. Isso, contudo, perpassa por uma compreensão aprofundada de como se conservam a colonialidade do poder e o status de dependência do *Estado latino-americano*.

2. A COLONIALIDADE DO PODER E A DEPENDÊNCIA COLONIAL REGIONAL

A categoria da colonialidade tem sido de extrema importância nos estudos sobre as problemáticas que envolvem a América Latina. Repensar o Estado, as relações sócio-políticas, as culturas e as intersubjetividades constituídas no recorte geopolítico latino-americano passam necessariamente pela investigação do fenômeno da colonialidade, com o escopo de intentar abarcar ao máximo a complexidade inerente à temática. Entende-se a colonialidade, como um padrão de poder mundial que começou a ser construído a partir do marco temporal da conquista

da América e que articula atualmente o mundo todo (QUIJANO, 2005, p. 117), seja na figura de vítima ou como exercente desta dominação.

Importa delinear que este estudo se embasará especificamente na categoria da colonialidade do poder, não obstante entenda-se que a colonialidade atua sempre de forma conjunta, em seus três âmbitos: a colonialidade do ser, do saber e do poder (QUIJANO, 1992), imperando cada esfera de maneira mais visível, a depender da situação a ser analisada, no âmbito social/cultural, epistemológico e político/econômico, respectivamente.

Assim sendo, cabe definir brevemente as três esferas da colonialidade: a colonialidade do Ser se expressa na construção do “Ser europeu” enquanto um referencial universal e padrão a ser alcançado. A constituição de uma visão dual, própria da modernidade, separa o mundo em categorias binárias pretensamente universais (europeu e não-europeu, racional e selvagem, primitivo e civilizado) que preceituam que tudo quanto destoa do padrão eurocêntrico encontra-se em uma categoria única de oposição à mentalidade moderna. Desta forma, introjetou-se o “ser europeu” no latino-americano - e nas demais latitudes que não a Europa –, criando para este a distorção da própria intersubjetividade, podando potencialidades e culturas emergentes e exercendo-se um inegável papel de controle social e cultural (QUIJANO, 1992, p. 12).

Por sua vez, a colonialidade do saber se explicita na medida em que “[...] há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3), isto é, ao ser eleita a racionalidade moderna eurocêntrica como matriz unívoca de produção de conhecimento válido, ocorre uma colonização do imaginário popular dos dominados e as suas formas próprias de produção de conhecimento são encobertas.

A colonialidade do poder, por fim, pode ser definida como a esfera da colonialidade que se expressa na construção das relações de poder, que historicamente outorgou e segue outorgando legitimidade às formas de dominação e exploração do centro do mundo para com a periferia, naturalizando relações que dizem respeito à história e à construção do poder mundial como inatas e biológicas, devido à suposta inferioridade/superioridade de uma *raça* (QUIJANO, 2005, p. 122).

Não obstante, o colonialismo, enquanto dominação direta e formal de uma região (metrópole) sobre outra (colônia), teve fim com os processos independentistas que ocorreram, na América Latina, durante o século XIX. Contudo, a independência formal não foi capaz de romper o nexo colonial existente no sistema-mundo e o fenômeno pelo qual se explica a persistência das relações de dominação/exploração entre os centros do poder mundial e sua periferia se alcunha colonialidade.

Nesse sentido, explica Aníbal Quijano:

La colonialidad, en consecuencia, es atin el modo más general de dominación en el Mundo actual, una vez que el colonialismo como orden político explícito fue destruido. Ella no agota, obviamente, las condiciones, ni las formas de explotación y de dominación existentes entre las gentes. Pero no ha cesado de ser, desde hace 500 años, su marco principal. Las relaciones coloniales de períodos anteriores, probablemente no produjeron las mismas secuelas y sobre todo no fueron la piedra angular de ningún poder global. (QUIJANO, 1992, p. 14)

Cumprir agregar que, em termos de história conhecida, não há notícia de outra articulação de poder mundial que tenha sido tão vasto e com a mesma abrangência sistemática como o que foi constituído a partir da dominação do continente americano (QUIJANO, 2005, p. 123). O processo de conquista e colonização da América alicerçou-se em dois processos históricos que culminaram na formação deste novo padrão de poder: a ideia de raça e a articulação do trabalho em torno do mercado mundial (QUIJANO, 2005, p. 117). A ideia de raça passou a vigor com a história da invasão do território conformado como América, enquanto uma categoria própria da modernidade, sendo que serviu – e serve até hoje – como instrumento de classificação social.

Construíram-se, então, identidades *novas* e reducionistas, como indígenas, negros, europeus/brancos e mestiços, que serviram como instrumento de legitimação da dominação ocorrida no processo da conquista do continente. Assim, “[...] na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais” (QUIJANO, 2005, p. 117). Em síntese, a ideia construída de raça pautava a inferioridade/superioridade biológica e natural de uma raça em relação à outra, o que outorgou legitimação a toda sorte de relações exploratórias ocorridas e posteriormente serviu para naturalizar as relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus.

No que concerne à articulação do controle do trabalho, de seus recursos e produtos em torno do mercado mundial, tal dado também se apresenta como um fenômeno novo, igualmente inaugurado pela América.

No processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reprodução e o salário. Em tal contexto, cada uma dessas formas de controle de trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórico e sociologicamente novas [...] porque foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadoria para o mercado mundial. [...] Estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e seu produtos. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial. (QUIJANO, 2005, p. 118)

Indissociável é a relação que se estabelece entre a exploração do trabalho nas colônias americanas, em suas variadas formas, com a formação do capitalismo enquanto novo sistema econômico que passaria a vigorar. É possível afirmar que foi a posição econômica favorável que a Europa Ocidental conquistou por meio dos lucros advindos da exploração de ouro, prata e de outros itens extraídos gratuitamente por índios, negros e mestiços, que possibilitou sua disputa pelo controle do comércio mundial (QUIJANO, 2005, p. 119).

Embora formas de trabalho como a escravidão e a servidão sejam concebidas pelo pensamento hegemônico como pré-capitalistas, inegável é que foi por meio da exploração dessas formas de trabalho na América que a Europa logrou estabelecer-se enquanto eixo central do mercado mundial e centro do capitalismo, já que as mercadorias produzidas para o mercado mundial foram fabricadas por meio da escravidão e da servidão. Não há, pois, como dissociar tais processos. (QUIJANO, 2005, p. 126)

Sob a mesma perspectiva, Enrique Dussel também vislumbra a conquista da América como o fator que possibilitou diretamente, devido ao lucro advindo das riquezas exploradas e da ampliação territorial, o nascimento do capitalismo mercantilista e suas fases posteriores:

Se é verdade que antes de 1492 'já tinha sido inaugurado na Europa' alguma forma de produção que posteriormente subsumirá no sistema capitalista, é só

pela abertura ao Atlântico e pela acumulação primitiva que vem da América Latina que nasce o capitalismo como tal. Quer dizer, essa acumulação e a ampliação territorial, populacional e de riqueza mineradora obtidas na América não produzirão simplesmente 'o capitalismo industrial séculos mais tarde', mas possibilitarão o surgimento ipso facto do capitalismo mercantilista, ou seja, o capitalismo enquanto tal (e também posteriormente condicionarão o desenvolvimento do capitalismo industrial, imperial e transnacional). (DUSSEL, 2014, p. 534-532)

Na mesma senda, o economista Theotônio dos Santos argumenta que é impossível desassociar as formas de trabalho servil e escravocrata empreendidas no lado latino do mundo com o processo de acumulação do capital e desenvolvimento do capitalismo a nível mundial:

A América Latina surge como economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser, de nenhuma forma, identificada com modo de produção feudal. As relações servis e escravistas desenvolvidas na região foram parte pois de um projeto colonial e da ação das forças sociais e econômicas comandadas pelo capital mercantil financeiro em pleno processo de acumulação. (SANTOS, 1998, p. 24-25)

É por meio da compreensão de que o capitalismo, enquanto articulação de um padrão de poder mundial, surgiu a partir da América, que se pode afirmar, consoante com Aníbal Quijano que “[...] o capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p. 120). Em outras palavras, o capitalismo somente conseguiu se consolidar enquanto novo modelo econômico mundial – em que pese tenha reflexos que transcendam a esfera da economia – e a Europa se assentar como centro do mercado mundial, devido a colonialidade do poder e, mais precisamente, à exploração e dominação da América.

Sendo assim, a discussão sobre o lugar que a América Latina ocupa hoje no sistema-mundo perpassa pela análise conjunta dos fenômenos da colonialidade do poder, do capitalismo e do eurocentrismo, eixos desarticuláveis.

3. A DEPENDÊNCIA DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS: UMA EXPLICAÇÃO SOBRE O LUGAR DA AMÉRICA LATINA NO CENÁRIO DO CAPITALISMO GLOBAL

A categoria da dependência auxilia no complexo intento de compreender/explicar o lugar geopolítico que a América Latina ocupa no cenário mundial. Ela é útil na medida

em que propõe que “[...] não há como compreender, separadamente, o fenômeno da colonialidade e do poder capitalista mundial” (QUIJANO, 2005, p. 120), ou seja, propõe uma dupla mirada que é complementar: da especificidade – pois parte da América Latina – e da generalidade – com vistas no cenário mundial. A compreensão do fenômeno da dependência contribui para o entendimento de que, em que pese as especificidades próprias da região, que devem ser indubitavelmente consideradas e valoradas, a América Latina está imbrincada num processo geral, global. Tal olhar permite dimensionar não somente a posição simbólica que ocupa a América Latina, mas também sua relação estrutural com o sistema mundial capitalista.

Nesse ponto, importa fazer um breve recorrido sobre a evolução da literatura produzida no continente quanto às explicações da situação de subdesenvolvimento da América Latina em relação ao centro do mundo. No cenário pós-guerras (Primeira e a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria), as ciências sociais passam a refletir criticamente sobre a tese oficial da “modernidade”, e formulou-se a alcunhada teoria do desenvolvimento, que “[...] buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade” (SANTOS, 1998, p. 11).

No entanto, “[...] era impossível esconder a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmara nos Estados Unidos da América, como um ideal a alcançar e uma meta sócio política a conquistar” (SANTOS, 1998, p. 11), é dizer, perpetuou uma visão arraigada de colonialidade, classificando todas as sociedades pré-capitalistas como tradicionais.

Até o início da década de 1960, as teorias dominantes das ciências sociais propunham que o “atraso” dos países subdesenvolvidos dava-se devido aos obstáculos impostos por uma modernização incompleta. No entanto, a experiência mundial demonstrou a incapacidade de se produzir experiências de real desenvolvimento nas ex-colônias, mesmo nos casos em que havia uma taxa de crescimento econômico elevada, como é o caso dos países da América Latina. Isso porque tais países eram dependentes econômica e politicamente dos ditos países de primeiro mundo (SANTOS, 1998, p. 15-16). A partir deste quadro, buscam-se novos rumos teóricos com o escopo de desvendar a persistência da situação de dependência, e é neste cenário que gesta-se a teoria da dependência, na América Latina, a partir da década de 1960, tentando “[...] explicar as novas características do

desenvolvimento socioeconômico da região, iniciado de fato em 1930-45” (SANTOS, 1998, p. 17).

Inicialmente, cumpre pontuar que com o fim da 2ª Guerra Mundial, constituem-se dois blocos hegemônicos: o bloco socialista, liderado pela URSS e o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos. A partir de 1945, com a conquista da hegemonia do bloco capitalista, os Estados Unidos criam as condições, devido às consequências da guerra, para integrar mundialmente este bloco (BAMBIRRA, 2012, p. 121). A guerra foi extremamente lucrativa para os Estados Unidos, decorrente da alta demanda de armamentos bélicos, e por não terem sofrido as consequências da guerra em seus territórios, ou seja, suportaram apenas os *bônus* da guerra (BAMBIRRA, 2012, p. 121-122). Com a demanda advinda da guerra, a produtividade dos Estados Unidos se expandiu exponencialmente, e tornou-se muito superior à dos seus aliados, o que foi determinante para que o país se projetasse enquanto o novo eixo do poder capitalista mundial, espaço até então ocupado pela Europa Ocidental.

Em meio a este contexto, é necessário compreender as mudanças geradas no sistema capitalista mundial, capitaneadas pelos países do centro econômico hegemônico, que afetaram diretamente as economias latino-americanas (BAMBIRRA, 2012, p. 124). É possível classificar, numa perspectiva sócio-histórica, que a América Latina, após os processos de independência, vivenciou três ciclos econômicos, compreendidos entre o final do século de XIX e a atualidade, sendo eles o de exportação primária (a partir do século XIX), o de industrialização substitutiva de importação (visualizado a partir da década de 1930) e o transnacional (concebido a partir da década de 1980) (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 54).

A partir da década de 1930 iniciou-se um processo de industrialização nos países da região, que passaram a substituir o produtos até então importados pelos de produção nacional. Mesmo com o processo de industrialização iniciados nos países dependentes e ex-colônias, estes não alcançaram um grau de desenvolvimento, o que, conforme Theotônio dos Santos, abriu “[...] o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento”. (SANTOS, 1998, p. 17)

Assim, em que pese a industrialização tardia dos países dependentes, entre as décadas de 1930 e 1940, tenha servido de sustentáculo para o desenvolvimento industrial do pós-guerra (SANTOS, 1998, p. 17), os reflexos deste desenvolvimento não foram igualmente visualizados nos países que o empreenderam, o que demonstra a continuidade do nexos colonial e, ademais, faz com que caia em descrédito a tese de que o subdesenvolvimento explica-se somente pela falta de desenvolvimento. O desenvolvimento na América Latina foi um processo iniciado tardiamente, se comparado com o que se ocorreu em outras regiões do globo, e possuía – e ainda possui – claras limitações. Limitações estas que são próprias de “[...] um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (SANTOS, 1998, p. 18).

Ademais, a industrialização tardia que ocorreu nos países latino-americanos, possui outra peculiaridade: o processo de industrialização não atendeu aos interesses do povo em geral, e obedeceu aos privilégios da burguesia branca que importava bens ostentosos. Não serviu para produzir bens que atendessem as necessidades imediatas da população em geral, mas especializou-se em produzir bens que outrora eram importados. Se pode ilustrar, nesse sentido, a instalação de montadoras de carro e a criação da indústria automobilística no Brasil, entre a década de 1930 e 1950, num momento histórico em que a maioria da população vivia no meio rural e não possuía condições que adquirir um veículo. A tardia e dependente industrialização vivenciada inicialmente serviu, portanto, para “[...] a substituição dos bens importados para o consumo ostentador dos senhores e dos pequenos grupos médios associados a eles, por produtos locais destinados a esse consumo.” (QUIJANO, 2005, p. 135)

Nesta linha, segue-se com Aníbal Quijano, que estabelece com primor a relação entre a colonialidade do poder e a dependência (econômica, política, cultural) das elites nacionais latino-americanas, o que acarreta diretamente a dependência dos países. Quijano explicita que, devido à colonialidade do poder que introjetou-se no imaginário das elites dos países dominados, tais setores creiam que seus interesses eram idênticos aos das elites europeia e norte-americana e, por isso, não possuíam um plano real de desenvolvimento nacional autônomo, limitando-se, na maior parte

das vezes, a uma postura de mimetismo em relação ao que era produzido e consumido nos países do centro global.

A dependência dos capitalistas senhoriais desses países tinha como consequência uma fonte inescapável: a colonialidade de seu poder levava-os a perceber seus interesses sociais como iguais aos outros brancos dominantes, na Europa e nos Estados Unidos. Essa mesma colonialidade do poder impedia-os, no entanto, de desenvolver realmente seus interesses sociais na mesma direção que os de seus pares europeus, isto é, transformar capital comercial (benefício igualmente produzido na escravidão, na servidão, ou na reciprocidade) em capital industrial, já que isso implicava libertar índios servos e escravos negros e transformá-los em trabalhadores assalariados. Por razões óbvias, os dominadores coloniais dos novos Estados independentes, em especial na América do Sul depois da crise de fins do século XVIII, não podiam ser nada além de sócios menores da burguesia europeia. [...] Não havia nenhum interesse social comum, nenhum mercado próprio a defender, o que teria incluído o assalariado, já que nenhum mercado local era de interesse dos dominadores. Não havia, simplesmente, nenhum interesse nacional. (QUIJANO, 2005, p. 135)

A partir da década de 1950 o capital estrangeiro, em especial dos Estados Unidos, passa a inserir-se no setor manufatureiro dos países dependentes. Tal processo acarreta uma série de consequências, entre elas: o capital estrangeiro passa a controlar e dominar os novos setores produtivos; há uma intensificação dos monopólios, com as grandes empresas instalando-se e incorporando as empresas nacionais/menores; a propriedade privada dos meios de produção passa a estar cada vez mais estrangeirizada; e ocorre um intenso alinhamento entre os interesses das empresas estrangeiras com os interesses das elites locais, articulação esta que traz reflexos na elaboração das políticas econômicas nacionais, ocasionando uma integração com a política que os Estados Unidos projeta para os países latino-americanos – integração esta que transcende o âmbito econômico, afetando também o plano militar (BAMBIRRA, 2012, 126). Assim, ao contrário do que sustentava a teoria do desenvolvimento, o crescimento industrial na América Latina não acarretou a transição destes países para o campo dos desenvolvidos (SANTOS, 1998, p. 31), o que se verificou, na realidade, foi o agravamento das contradições do sistema e desigualdades dos países periféricos para com os do centro do mundo.

O desenvolvimento econômico da região, que já era “dependente, concentrador e excludente” (SANTOS, 1998, p. 30) viu tais características acentuarem-se, a partir da década de 1980, no contexto do início do fenômeno da globalização e da transição para o capitalismo financeiro. É neste mesmo momento histórico que tem início o

endividamento dos países com o pagamento de exacerbatantes dívidas externas e o alargamento das privatizações no cenário latino-americano, na década de 1990, sob a influência do Consenso de Washington (SANTOS, 1998, p. 30-31).

Neste cenário se verifica a adoção de medidas que facilitam a entrada do capital estrangeiro na economia latino-americana, bem como os países da região passam a aplicar orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) no que concerne a seu comportamento econômico, e se alinhar à política externa estadunidense, por meio da Organização dos Estados Americanos (OEA), que buscava, entre outros objetivos, a implementação, sem oposição, da política imperialista em todo o continente (BAMBIRRA, 2012, p. 126-127). O *Estado latino-americano*, portanto, tem seu lugar reafirmado enquanto dependente e torna-se refém do capitalismo internacional financeiro:

O Estado se converte em prisioneiro do capital financeiro, afogado por uma dívida pública em crescimento exponencial, cujo serviço não deixa mais nenhum espaço para o investimento estatal, e também, cada vez menos para as políticas sociais. [...] Não há dinheiro para ninguém mais - a fome do capital financeiro é insaciável." (SANTOS, 1998, p. 32-33)

Com a virada para o século XXI, pouco modificou-se estruturalmente no que tangencia à condição de dependência dos Estados na América Latina. No início do milênio verificou-se a ascendência de governos de cunho popular em todo o continente, o que apontou para uma guinada progressista no setor econômico e social.

Em que pese seus logros tenham sido relevantes e culminado na criação de políticas públicas cujos efeitos foram significativos, em especial para as populações de baixa renda, tais mudanças não implicaram em uma mudança estrutural do funcionamento institucional do sistema. Em outras palavras, significa dizer que, por mais importantes que tenham sido estas políticas, por não terem operado num sentido estrutural – por limitações, inclusive, advindas da colonialidade do poder e da situação de dependência que perdura –, são frágeis e podem ser facilmente revertidas, já que sua continuidade depende dos interesses que guiam a ação dos governantes. Em menos de duas décadas do século XXI, tudo nos leva a crer que, ao menos por ora, caminha-se para o fim desse ciclo de cunho mais progressista, com o retorno ao poder das oligarquias que sempre o ocuparam.

Todo esse processo, evidentemente, não passa alheio às influências do capital externo e das grandes potências mundiais. Organismos internacionais, tais quais o FMI e o Banco Mundial, indiscutivelmente seguem interferindo no que acontece na América Latina, exercendo gerência na democracia, na política econômica adotada e em toda sorte de relações sociais. Segue, portanto, vigorando a dependência dos Estados latino-americanos e a colonialidade do poder influenciando, há séculos, na conformação sociopolítica da América Latina.

CONCLUSÃO

Este ensaio se propôs a fazer um breve recorrido pelas relações estabelecidas entre as categorias da colonialidade do poder e da dependência político-econômica, aplicando-as à realidade dos Estados latino-americanos. Ante a complexidade do estudo, impõe-se uma contínua análise, que seja crítica e propositiva, dos fenômenos sócio-históricos que ocorrem nesta latitude. Uma investigação do panorama atual aponta para a persistência do nexos colonial e para o diagnóstico da dependência da América Latina para com os centros de poder mundial, especialmente os Estados Unidos da América e as economias hegemônicas da União Europeia.

Com vistas a esse horizonte, é importante que haja uma compreensão de que, embora desalentadora, a realidade atual não é imutável e só será modificada mediante o desenvolvimento de estratégias factíveis que levem em consideração tanto as especificidades do contexto latino-americano, quanto a realidade estrutural do padrão mundial de poder capitalista. Nesse sentido:

No obstante su condición de capitalistas, las sociedades latinoamericanas no solo se encuentran en un nivel menos desarrollado, sino que son dependientes. La situación de dependencia no es un dato trivial: en nuestras sociedades, las relaciones entre las clases sociales están limitadas y mediadas por las relaciones de dependencia; pero, a su vez, estas no son algo dado sin una construcción histórica, por lo tanto, cambiante. (ANSALDI, GIORDANO, Verónica, 2012 p. 28)

É, portanto, com a percepção de que a dependência e a persistência da colonialidade no cenário latino-americano não é algo natural e imutável, mas sim o resultado de uma construção sócio-histórica derivada de inúmeras variáveis e passível

de ser modificada, que devem ter continuidade os estudos referentes à temática.

REFERÊNCIAS

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. **América Latina, la construcción del orden**: de la colonia a la disolución de la dominación oligárquica. Buenos Aires: Ariel, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, 2012.

BERCOVICI, Gilberto. Teoria do Estado e teoria da Constituição na periferia do capitalismo: breves indagações críticas. **Diálogos Constitucionais**: Brasil/Portugal. Rio de Janeiro: Renovar, p. 263-290, 2004.

DUSSEL, Enrique. **20 Teses de política**. 1º Edição. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Política de la liberación**. Madrid: Editorial Trotta, 2007.

_____. **Política da libertação**. História mundial e crítica. Trad. Paulo César Carbonari (Coord.) et al. Passo Fundo: IFIBE, v. 1, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgard (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência**: balanço e perspectiva. Niterói: [s.n.], 1998. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTwr0dXSXZZb2trYjQ/view>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. In: **Sociología y Subdesarrollo**. México: Nuestro Tiempo, 1981, pp. 15-84. Disponível em: <<http://seminario7tesis.colmex.mx/images/pdf/stavenhagen-siete.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgard (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

VILLORO, Luis. **Estado plural, pluralidad de culturas**. México: Paidós, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistema-mundo**: una introducción. México: Siglo XXI, 2005.

WOLKMER, Antônio Carlos. Repensando a questão da historicidade do Estado e do Direito na América Latina. **Revista Panóptica**, v. 1, n. 4, p. 82-95, 2006.

